

ENSAIO

AS LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ENSAIO SOBRE AS PRÁTICAS DAS LUTAS E O DISCURSO DE UM CONTEÚDO DE LUTAS¹Marcos Roberto So¹Gilson Santos Rodrigues²Elaine Prodócimo³

Resumo: A partir do “movimento renovador” e da abordagem culturalista, as lutas têm se legitimado como um conteúdo nas aulas de Educação Física. Nesse sentido, cabe questionar: será que as práticas das lutas nas escolas se deram somente a partir do “movimento renovador”? Em caráter de ensaio, a partir de revisão parcial da literatura, o objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão a respeito da presença das práticas das lutas na Educação Física escolar. Os resultados indicam que a presença das práticas das lutas não é um fenômeno derivado do “movimento renovador”, visto que as fontes do atual estudo indicaram a presença da esgrima nas aulas de *gymnastica* desde meados do século XIX. Todavia, diferente dos tempos atuais, as práticas de lutas eram atravessadas por discursos higienistas e civilizatórios. Conclui-se que, conhecer a história das formas de presença das lutas na escola básica, torna-se fundamental para poder lograr um espaço definitivo deste conhecimento na Educação Física escolar.

Palavras-chave: Luta; Esgrima; Movimento Renovador; Educação Física escolar.

MARTIAL ARTS IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES: ESSAY ABOUT MARTIAL ARTS PRACTICES AND THE DISCOURSE OF MARTIAL ARTS CONTENT~

Abstract. From the “renewing movement” and the culturalist approach, the martial arts have been legitimized as a content in Physical Education classes. In that way, we ask: did the practices of the martial arts have started only from the “renewing movement”? Based on a partial review of the literature, the aim of this paper is to present, in essay form, a reflection on the presence of the practices of martial arts in Physical Education classes. The results indicate that the presence of martial arts practices is not a phenomenon derived from the “renewing movement”, in order to the sources of the current study have indicated the presence of fencing in gym classes since the mid-19th century. However, unlike current situation, the practices of martial arts were influenced by hygienist and civilizing approaches. It is concluded the history comprehension of the martial arts forms in the basic school becomes essential to achieve a definitive status for this knowledge in Physical Education classes.

Keywords: Martial Arts; Fencing; Renewing movement; Physical Education.

¹O primeiro autor agradece o apoio do IFSULDEMINAS no desenvolvimento deste trabalho. Ademais, gostaríamos de fazer um agradecimento especial às contribuições sugeridas pelo professor Edivaldo Góis Junior na elaboração deste texto.

1 INTRODUÇÃO

Ainda que Gasparotto e Santos (2013) tenham constatado a necessidade de ampliação de estudos a respeito do tema lutas na Educação Física escolar, desde os anos 2010, temos notado um aumento bibliográfico de produções sobre a temática. Índícios sugerem que tal fervor bibliográfico tem como estopim, mesmo que distante, o “movimento renovador” e a abordagem culturalista da Educação Física que se iniciam na década de 1980 (MACHADO; BRACHT, 2016); e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1998), no final dos anos 1990. Porém, parece-nos improvável que as práticas corporais das lutas atreladas às artes marciais orientais ou às manifestações de combate ocidentais (FERREIRA, 2006) tenham ficado a parte das escolas básicas por tanto tempo, até ser “descoberta” na década de 1980 e 1990. Sendo assim, entendemos que estudar o momento em que se dá a presença das lutas na Educação Física escolar pode nos ajudar a refletir sobre a sua atual inserção nas aulas desta disciplina escolar e fornecer ideias para uma didática.

A priori, ideamos que as práticas e discursos não são amálgamas de um mesmo fenômeno. Em vista disso, os discursos sobre as lutas (saber-sobre) são entendidos como representações sociais que correm em paralelo às práticas (saber-fazer) e aos seus enunciados (significados). Destarte, aqui neste trabalho, compreendemos as Lutas (com letra maiúscula) como uma categoria pedagógica, isto é, uma construção social e linguística, na qual a palavra “captura” sentidos e significados de um conjunto de práticas das lutas como o Judô, Karatê, Capoeira, Esgrima, Boxe etc., que têm constituições históricas e culturais distintas. Sumariamente, distinguimos as práticas e os discursos para investigar como um fenômeno cultural, no caso, as lutas, podem ter uma “presença na ausência” ou uma “ausência na presença” no contexto das aulas de Educação Física na educação básica.

Diante disso, as questões que norteiam o estudo são: será que as práticas das lutas na Educação Física escolar se deram somente a partir do “movimento renovador” da Educação Física? As práticas das lutas e o discurso das Lutas estão atreladas ao “movimento renovador” da Educação Física? Em vista das sobreditas questões, o objetivo deste ensaio é apresentar uma reflexão a respeito da presença das práticas das lutas na Educação Física escolar.

Este ensaio se justifica por aventar ideias para repensarmos as práticas das lutas na Educação Física escolar e, sobretudo, para refletirmos numa didática dessas práticas. Soares (1996) afirma que as lutas são um conteúdo clássico da Educação Física escolar. Neste sentido, elas têm uma tradição (uma história) na escola e o esquecimento dessa história pode

nos levar à prática escolar movida por um discurso vazio e pobre no que tange à sua própria identidade cultural. A história das lutas na escola é constituinte dessas práticas e, certamente, a sua tematização no âmbito da Educação Física escolar pode se valer desses saberes e conhecimentos para (re)pensarmos uma didática (ou didáticas) das lutas (ou do conteúdo Lutas).

O percurso de pesquisa se inicia pela revisão da presença do tema lutas em obras da Educação Física escolar atreladas ao “movimento renovador”, para, assim, elucidar o discurso e as práticas das lutas contidas nas obras analisadas. Em seguida, foi feita outra revisão de literatura narrativa buscando pela presença das lutas em duas escolas - uma no Rio de Janeiro e a outra em São Paulo, em períodos anteriores ao “movimento renovador” –de modo a desvelar o discurso e as práticas das lutas nessas fontes. Por fim, construímos uma síntese reflexiva sobre a presença das lutas na Educação Física escolar a partir da análise das fontes e sobre o itinerário percorrido.

2 O CONTEÚDO DAS LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: NOTAS DE UM DISCURSO ATRAVESSADO POR TODAS (E NENHUMA) PRÁTICAS DE LUTAS

Desde a década de 1980, com as obras de Medina (2013), e de Vitor Marinho de Oliveira (2004), publicadas em primeira edição em 1983, iniciou-se uma série de problematizações sobre a área da Educação Física (MACHADO; BRACHT, 2016). Neste contexto e em contraposição aos referenciais biologicistas, esportivistas e tecnicistas que caracterizavam a área, algumas proposições teórico-metodológicas no âmbito das Ciências Sociais e Humanidades apropriaram-se de uma perspectiva cultural para a Educação Física (COLETIVO DE AUTORES, 1992; KUNZ, 1994; BETTI, 1991). Tais proposições emergiram um intenso campo de debates que colocaram “em xeque” as concepções mecanicistas da área. Ainda que os debates e proposições possuam divergências internas, o “movimento renovador”, que teve seus primórdios na década de 1980, permanece até os dias atuais (MACHADO; BRACHT, 2016). Em linhas gerais, excluindo-se as divergências e as distinções das proposições teórico-metodológicas, todas afirmam um posicionamento comum

de que a Educação Física escolar deve tratar da oferta de diferentes manifestações “culturais de movimento”².

Por exemplo, a proposição Crítico-superadora, representada pelo Coletivo de Autores (1992), sugere que a Educação Física, seja compreendida como uma disciplina que aborde criticamente elementos da cultura corporal, de modo a conscientizar e superar as mazelas do sistema capitalista. Já a concepção Crítico-emancipatória, do autor Elenor Kunz (1994), sob viés hermenêutico-fenomenológico, sugere que a Educação Física amplie os elementos da Cultura de Movimento, de modo a abranger e atingir o sujeito, autor, apreciador e apropriador dos próprios movimentos aos quais atribui sentidos/significados.

É nesse pano de fundo que as lutas aparecem como uma das manifestações culturais de movimento possíveis, legitimando-se como conteúdo próprio da Educação Física, junto aos jogos, esportes, danças e ginásticas. E isso é fortemente reforçado na proposição Crítico-superadora que, além de sugerir a abordagem das lutas, também propõe estratégias didático-pedagógicas de ensino da capoeira como conteúdo próprio da disciplina (COLETIVO DE AUTORES, 1992; SOARES, 1996).

Embalado pelas discussões do “movimento renovador” e da perspectiva culturalista, em 1998, o Ministério da Educação apresentou os PCNs (BRASIL, 1998), um documento oficial nacional que apresentava diretrizes pedagógicas para o trato da Educação Física e dos demais componentes curriculares, nas escolas. Os PCNs eram compostos por três pilares estruturais-metodológicos: temas transversais (ética, saúde, pluralidade cultural, meio ambiente, orientação sexual, trabalho e consumo), as dimensões do conteúdo (procedimental, conceitual e atitudinal) e os blocos de conteúdo (conhecimentos sobre o corpo; esportes, jogos, **lutas** e ginásticas; atividades rítmicas e expressivas). Portanto, foi nos PCNs que o conteúdo Lutas, logrou um espaço junto às outras manifestações da cultura corporal de forma oficial, como consta no documento:

entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, **das lutas** e das ginásticas

² Inclusive, a própria nomenclatura para denominar a objeto pedagógico de estudo da área é divergente entre os autores: o Coletivo de Autores (1992) denomina de “Cultura Corporal”, Kunz (1994) defende a “Cultura de Movimento” e Bracht (2003) a “Cultura Corporal de Movimento”.

em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 1998, p.29, grifos nosso).

Posteriormente, já no início do século XXI, diversos estados e municípios implementaram currículos oficiais com objetivo de orientar os docentes de “o que”, “como” e “quando” ensinar. Daí advém, novamente, a presença das lutas como um conteúdo próprio nos currículos. Por exemplo, o currículo oficial de Educação Física do Estado de São Paulo propõe cinco conteúdos (práticas) de lutas ao longo do Ensino Fundamental II e Ensino Médio: Judô, Karate, Capoeira, Esgrima e Boxe (SÃO PAULO, 2009). Todavia, outros currículos oficiais também defendem a inserção das lutas como conteúdo próprio, como é o caso das Diretrizes Curriculares de Educação Física do Estado do Paraná (PARANÁ, 2006), do Referencial Curricular de Educação Física do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2009), Parâmetros Curriculares de Educação Física do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2013), etc.

Por fim, mais recentemente, o Ministério da Educação lançou a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 7), um documento oficial normativo que “define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Na BNCC-Educação Física, o conteúdo Lutas é apresentado como uma das “unidades temáticas”, junto às outras: Brincadeiras e jogos, Danças, Ginásticas e Esportes. Mais especificamente, a BNCC propõe uma taxionomia geográfica-social para seu trato didático-pedagógico na educação básica: (i) Lutas do contexto comunitário e regional; (ii) Lutas de matriz indígena e africana; (iii) Lutas do Brasil; (iv) Lutas do mundo. Ademais, sua compreensão de Lutas não difere dos PCNs, sendo tratada como “disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário” (BRASIL, 2017, p. 218).

Em síntese, esta revisão aponta que o termo lutas passou a figurar nas obras da Educação Física escolar a partir das problematizações do “movimento renovador” que desencadeou um fluxo de movimento em direção à cultura. Logo após, passou a integrar os documentos oficiais em nível nacional e estadual, o que permitiu uma ampla difusão e reconhecimento do espaço das lutas na disciplina escolar de Educação Física. O que merece destaque é que a noção das lutas como um conteúdo, isto é, a agregação de um conjunto de várias manifestações culturais de lutas (artes marciais e práticas corporais de combate) que,

apenas incidentalmente têm aproximações culturais, passou à conotação de um único fenômeno, criando, assim, um discurso do conteúdo Lutas. Deste ponto de vista, o conteúdo Lutas configura-se numa “captura” das manifestações das lutas em sua diversidade, diferenças e singularidades culturais. No entanto, a dissociação da ideia de práticas e discursos permite-nos investigar a presença das lutas na Educação Física escolar de outro modo, não pelo discurso de um conteúdo de ensino, mas pela perspectiva das práticas corporais das lutas.

Foi por este motivo que conduzimos outra revisão narrativa para estudos sobre as práticas das lutas num período anterior ao “movimento renovador”, isto é, precedente à década de 1980. Para tanto, consultamos 9 periódicos nacionais³, valendo-se das palavras-chave “luta” e “arte marcial” como critério de busca. Foram encontrados 31 artigos que possuíam relação com a Educação Física escolar, porém, apenas dois possuíam característica de historiografia, sendo ambos relacionados à capoeira. *A priori*, este levantamento nos indica que há uma carência de estudos historiográficos sobre as lutas na escola, o que representa um campo fértil para novas investigações acadêmico-científicas.

Refinando nossa busca a partir da distinção entre práticas e discursos das lutas, questionamo-nos: será que uma prática de luta no Brasil Império teria o uso do termo “luta”? Existia alguma outra expressão terminológica? As práticas de lutas não estariam fragmentadas em modalidades, tais como, por exemplo, o Boxe, a Capoeira etc.? Como sugere Soares (2013), as primeiras expressões do que se conhece por Educação Física na atualidade se deu a partir da *gymnastica* em meados do século XIX. Portanto, sob este termo poderiam encontrar-se expressões de lutas, isto é, sob o “guarda-chuva” da expressão *gymnastica*.

Nesse sentido, traçamos o caminho inverso, buscamos, nesta nova revisão de literatura, por estudos historiográficos que tratassem dos primeiros registros de inserção da Educação Física na escola e analisamos a presença das lutas. A análise dos textos nos permitiu chegar a um caso singular que corrobora com nosso argumento inicial, de que a presença das lutas (vista neste caso como práticas e não como conteúdo, discurso) na escola não se deu nas décadas de 1980 e 1990 com o “movimento renovador” ou com as proposições teórico-metodológicas culturalistas e os PCNs.

³ Foram elas: Revista Brasileira de Ciência e Movimento - RBCM, Revista de Educação Física da UEM, Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, Revista Brasileira de Educação Física e Esportes - REBEFE, Movimento, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Ciência do Esporte - RBCE, Conexões, Motrivivência.

3 O CASO DO COLÉGIO PEDRO SEGUNDO (1841-1870) NO RIO DE JANEIRO

Os artigos de Cunha Junior (2003, 2004) são fontes singulares que nos ajudam a notar a presença das práticas de lutas na escola. O autor estuda especificamente o Imperial Collegio de Pedro Segundo (CPII). Este colégio é uma instituição de ensino público das mais antigas do país e tem seu nome em homenagem ao imperador homônimo. Conforme Cunha Junior (2004, p.164), o CPII era uma “instituição oficial de ensino secundário fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 1837, cuja finalidade principal era oferecer aos filhos da sociedade brasileira uma formação abrangente e distintiva”.

O ano de 1841 representou o marco inicial da história da *gymnastica* no CPII. Guilherme de Taube, ex-oficial do Exército foi convidado pelo Ministério do Império para ser o primeiro mestre dessa disciplina escolar da instituição. A decisão pela inclusão da *gymnastica* no currículo foi motivada por interesses higienistas, já que o próprio reitor era médico formado em Paris, na França. Ele acreditava nas qualidades físicas e morais que essa prática europeia de “educação dos corpos” poderia desenvolver. Nesse sentido, “a prática regular e diária da *gymnastica* era defendida pelos médicos como um dos fatores necessários para garantir os seus benefícios”, de modo que, as aulas de *gymnastica* foram implementadas diariamente (CUNHA JUNIOR, 2004, p.167).

Cinco anos após, em 1846, Frederico Hoppe foi contratado pelo CPII para substituir Guilherme de Taube, desligado da instituição. Hoppe era ex-militar do exército espanhol e ministrava lições de esgrima na Sociedade D’armas e no Colégio Botafogo. Em carta escrita para o Imperador, Hoppe, enalteceu a esgrima:

O ensino, o exercicio das armas, que constitue na Europa uma parte da educação polida, e fina, he um objeto na verdade de notavel utilidade, e sem duvida essencial á mocidade que recebe a educação dentro dos recintos dos collegios, ou seja porque este ensino considerado como exerciciogymnastico dê vigor ao corpo, estabeleça melhor as proporções físicas, e concorrendo para o desenvolvimento das faculdades intellectuais tão dependente da saude, e da fortaleza do corpo predisponha o espirito para a melhor aquisição dos conhecimentos humanos, o qual fica ordinariamente enervado com o habito sedentario, acanhado, e frouxo que se adquire naturalmente dentro do circulo das casas de educação; ou seja pôrque considerado como distracção he aquela que mais serve o recreio á utilidade, dando mais um polimento a educação (CUNHA JUNIOR, 2004, p.170).

Daí a primeira constatação, a inserção da prática das lutas no CPII decorreu por influência de Hoppe, especificamente com a modalidade esgrima. A esgrima, para Hoppe, era considerada um conteúdo *gymnastico*, sendo um componente essencial na educação da elite europeia. A esgrima representou o componente-chave que diferenciava Hoppe de Taube, de modo que sua inserção no CPII se deu a partir de um discurso médico de dar “vigor ao corpo, proporcionalidade do corpo”; mas também por meio de uma concepção militar, ao advogar a esgrima como um instrumento de defesa individual, compactuando com um argumento característico do meio militar.

Nota-se que o discurso que sustenta a prática das lutas no CPII no século XIX não é o mesmo do conteúdo Lutas dos dias atuais. Pelo contrário, o discurso que dá suporte à presença da prática corporal esgrima é o da *gymnastica*. Desta maneira, a presença da esgrima não representa a presença das lutas no mesmo sentido que conotamos às Lutas na escola a partir da década de 1980. Em consonância com o exposto, Cunha Junior (2004) argumenta que a base para a presença da esgrima na escola é, para além de discurso médico e militar, uma concepção civilizatória que, supostamente, careciam os estudantes brasileiros. À vista disso, a Esgrima por ser constituinte “na Europa uma parte da educação polida, e fina” se apresentava como uma solução.

Apesar da influência de Hoppe com as lições de esgrima, o mestre não concordava em receber 500 mil réis do CPII. Segundo seus cálculos, se ele se dedicasse apenas à Sociedade D’armas e aos colégios particulares arrecadaria um valor superior, e, como os exercícios *gymnasticos* do CPII eram diários, isto lhe impossibilitava de exercer funções fora da instituição escolar. Neste sentido, Hoppe propôs um novo acordo, ou se pagava 800 mil réis, ou diminuía-se sua carga horária, porém, não obteve êxito em suas reivindicações, o que resultou em sua demissão em 1848, por faltar a seus compromissos no Colégio. Em sua primeira passagem Hoppe foi contratado em setembro de 1846 e demitido em 1848. Três meses depois foi readmitido, sob a condição da almejada redução da carga horária. No entanto, em 1849, Hoppe voltou a faltar às lições de *gymnastica* sem causa justificada, o que levou novamente sua demissão do CPII (CUNHA JUNIOR, 2003, 2004).

Após a demissão de Hoppe, o ministro do Império chamou Antônio Francisco Gama, Mestre de Esgrima da Escola Militar do Rio de Janeiro. A contratação de Gama não devolveu a frequência diária das aulas de *gymnastica*, pois as disciplinas teóricas disputavam a carga horária e o currículo. Todavia, é possível inferir, pela sua formação, a continuidade das aulas de esgrima (CUNHA JUNIOR, 2003, 2004).

Outra fase que marca o CPII é a mudança estrutural da escola, migrando da zona central para um local mais arborizado com mais espaço. Tal decisão contribuiu para a legitimação da *gymnastica*, pois propôs-se a construção de um *gymnasio*, sob a responsabilidade de Antônio Gama. Todavia, Gama afastou-se por motivo de doença, dando lugar para Pedro Guilherme Meyer, alferes do Exército Imperial Brasileiro, que possuía influência junto ao Coronel Amorós, que, por sua vez, propunha o exercício da esgrima em seu método (CUNHA JUNIOR, 2003, 2004).

Por fim, em 1881, contratou-se Vicente Casali, espanhol que permaneceu no CPII até o fim do Império. Em nota de rodapé, Cunha Junior (2004) afirma que há poucas informações sobre Casali, mas é sabido que, além dos exercícios *gymnasticos*, ofereceu aulas de esgrima aos alunos do 6º e do 7º ano do Internato do CPII. Portanto, estes dados indicam que as manifestações de lutas na escola não dataram a partir do “movimento renovador”, mas surgem no Império, atreladas aos exercícios de *gymnastica* e por influência de Hoppe, em 1846.

4 O PARADOXO DA ESGRIMA

Um outro trabalho analisado foi o de Costa, Santos e Góis Jr. (2014). Os autores buscaram analisar o discurso médico e a Educação Física nas escolas no século XIX. Para tanto, os autores investigaram o contexto de escolarização da Educação Física mediante o discurso médico do século XIX. Dessa forma, realizaram uma pesquisa histórica das teses elaboradas para a obtenção do título de doutor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahiano período de 1833 a 1900.

Neste trabalho, os autores apropriam-se de Cunha Junior (2004), para explicitar a presença da esgrima no CPII no século XIX; mas por outro lado, a tese de Doutor João da Matta Machado (1874)⁴ é citada pelos autores para argumentar que a esgrima nunca teve aceitação dos brasileiros, sendo inclusive, banida dos hábitos nacionais:

Esgrima - o jogo das armas, tão generalizado nos paizes da velha Europa, no Brazil nunca teve aceitação, visto como o duelo felizmente não se coaduna com a nossa indole. Si debaixo deste ponto de vista nos devemos regozijar do desprezo que o povo brasileiro vota a esgrima, como hygienistas lastimamos que um exercicio tão conveniente e agradavel seja

⁴ MACHADO J. M. Da educação physica, intellectual e moral da mocidade do Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger e Filhos; 1874.

completamente banido dos hábitos nacionaes. Os cursos de esgrima nos collegios de meninos seriam de grande vantagem; e este exercicio, ainda que fosse o único a que se entregasse os pensionistas, só por si satisfaria em grande parte as exigencias da hygiene do movimento. Por isso admiramo-nos que, sendo tão facil a sua creaçãoos estabelecimento de educação, sejam completamente olvidados (MACHADO, 1874, p. 52-53 *apud* COSTA; SANTOS; GOIS JR, 2014, p.278).

Nesse sentido, identificamos um paradoxo, isto é, os discursos médicos não confirmam a inserção da esgrima no Rio de Janeiro, ao contrário do que foi registrado por Cunha Junior (2004), que identificou a prática de esgrima no CPII, no Colégio Botafogo e na Sociedade D'armas a partir de meados do século XIX. Portanto, se considerarmos que o paradoxal não se opõe ao ambíguo, ambos discursos podem estar corretos, o que sinaliza que a esgrima esteve presente, porém, não de modo abrangente ao ponto de atingir a maioria das escolas e instituições.

Ademais, outro paradoxo pode ser identificado a partir do discurso dos médicos João da Matta Machado e Joaquim Pedro de Melo. O primeiro, além de diagnosticar a baixa aceitação da Esgrima no Brasil, advogou a favor dessa prática corporal, pois seria de “grande vantagem” por atingir as “exigências da hygiene do movimento”; no entanto, por outro lado, Joaquim Pedro de Mello faz uma ressalva: “os exercícios violentos e muito prolongados não convém às pessoas fracas, e as mesmas robustas podem ser incomodadas, logo que exceda os limites da moderação” (MELLO⁵, 1846 *apud* COSTA; SANTOS; GOIS JR, 2014, p.279). Sendo assim, quem seriam as pessoas fracas?

É perceptível que as pessoas “fracas” estavam relacionadas ao sexo feminino, que conforme Dr. Carlos Antonio Pitombo⁶ (1900 *apud* COSTA; SANTOS; GOIS JR, 2014, p.280), mereciam exercícios “delicados”, mais calmos como as danças ao ar livre, pois não suportam os mesmos esforços que os “meninos e rapazes”. Nesta situação, o objetivo da *gymnastica* para o sexo feminino era a formação para a maternidade, ao passo que para o sexo masculino, o exercício militar. Sendo assim, a prática de esgrima ou luta era indicada para mulheres? Possivelmente não.

Também chama a atenção outro escrito do Dr. Joaquim Pedro de Mello

⁵MELLO J. P. Generalidades acerca da educação physica dos meninos. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Companhia; 1846.

⁶PITOMBO C. A. Apreciações acerca dos exercícios físicos nos internatos e sua importância profilática. Salvador: Tip. Reis; 1900.

Assim a marcha, o salto, a dança, a carreira, a natação, a **esgrima** e os diversos jogos, em que se executam movimentos do corpo, e braço, como a malha, a bolla, podem ser empregados com vantagem. A equitação, e a **lucta** entram igualmente no numero dos exercícios, que se podem praticar (MELLO, 1846, p. 35 *apud* COSTA; SANTOS; GOIS JR, 2014, p.279, grifo nosso).

Nota-se, nos grifos, que a prática da “esgrima” e da “lucta” estão colocadas em “categorias” diferentes, como se a esgrima fosse uma recomendação de “vantagem” e a “lucta”, uma sugestão complementar, ao lado de equitação. Aventamos como hipóteses que a esgrima, por sua constituição civilizatória “fina e polida”, tinha prioridade perante a “lucta”. Ou então, a característica peculiar da esgrima de demandar a utilização de uma arma branca (espada, florete, sabre etc.), induz uma desvinculação do termo “lucta”. Ou por fim, sem a pretensão de fazer anacronismos, muitos praticantes preferem denominar a esgrima como um “jogo” ao invés de uma “luta”, como se pode visualizar no “Livro de Regras” da modalidade (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA, 2017), documento que não utiliza o termo “luta”, mas as expressões “jogo” (e jogar) ou “combate”. Não temos a pretensão de esgotar o debate, pelo contrário, deixamos em aberto este questionamento para futuras investigações. Contudo, tal paradoxo ou impasse de termos, confirma que o termo “lucta” aparentemente assumiu outras conotações frente a noção de Lutas propagada nos dias atuais.

A análise dos textos também indica que a prática de esgrima no CPII não foi um caso isolado. Como mencionado em linhas anteriores, o CPII representava uma instituição de formação abrangente e distinta das outras escolas e colégios por seu caráter de inovação, novas metodologias, pessoas capacitadas etc. Porém, no estado de São Paulo, uma escola que possuía o status similar ao CPII era a Escola Normal de São Paulo, sendo a primeira escola pública de São Paulo que servia como um modelo para o país. Góis Junior e Batista (2010) afirmam que o currículo dessa escola descrito em 1890 consistia em algumas disciplinas associadas à Educação Física, são elas: exercícios militares (para a seção masculina); prendas e exercícios escolares (para a seção feminina); ginástica; exercícios práticos.

Nesse pano de fundo, sob responsabilidade do professor Baragiola, os conteúdos das aulas identificados em fotografias entre 1895 a 1908 foram: ginástica geral, ginástica com aparelhos, jogos ao ar livre, basquetebol, corridas, saltos, salto com vara, cantigas de roda, tiro, exercício militares, cabo de guerra e esgrima (GÓIS JUNIOR; BATISTA, 2010). Novamente, a prática da esgrima aparece nos currículos escolares nas aulas de Educação Física, a exemplo do CPII. Ademais, podemos fazer uma analogia com a prática do “cabo de

guerra”, que, nos dias atuais, é tratado como parte integrante do conteúdo Lutas, como pode ser visto, por exemplo, nos PCNs (BRASIL, 1998, p.70): “podem ser citados como exemplos de lutas desde as brincadeiras de **cabo-de-guerra** e braço-de-ferro até as práticas mais complexas da capoeira, do judô e do caratê” (grifo nosso). Todavia, neste caso, não nos parece que o “cabo de guerra” na Escola Normal de São Paulo estava atrelado ao discurso das lutas, mas sim vinculado aos discursos higienistas e militaristas.

Sendo assim, o desvelar de expressões de lutas em tempos e espaços anteriores indica que a presença de tais práticas na Educação Física não se deu a partir da década de 1980. Embasado nos textos analisados, notamos a prática da esgrima ainda no século XIX com Frederico Hoppe no CPII e mantida, posteriormente, por seus sucessores. Índícios ainda apontam que a presença da esgrima no CPII não era um caso isolado, pelo contrário, na Escola Normal de São Paulo houve uma situação semelhante quanto à presença da esgrima. Como basta um único cisne negro para romper com uma premissa de que cisnes são brancos, o presente ensaio aponta que a presença da esgrima nas aulas de *gymnastica* no CPII em 1846 e na Escola Normal de São Paulo no período de 1895 a 1908, são indicativos de que as práticas de lutas na escola não se deram com o “movimento renovador”.

5 CONCLUSÃO

Ao analisarmos as lutas a partir das práticas e do discurso de um conteúdo da Educação Física escolar, podemos refletir a respeito da atual presença das lutas nesse componente curricular. Neste sentido, este ensaio aponta que desde a década de 1980 e com maior força no final década de 1990 e início do século XXI, as Lutas representam um conteúdo de ensino da Educação Física escolar, uma categoria pedagógica criada no bojo do “movimento renovador”. Porém, antes disso, o termo “lutas” aparentemente assumia outras conotações que não estavam atreladas a um discurso das Lutas. Portanto, deste singular ponto de vista, o conteúdo Lutas é sim uma criação derivada do “movimento renovador” e difundido pelos PCNs, currículos oficiais de estados e municípios e a BNCC.

Todavia, as lutas como práticas corporais singulares têm uma tradição de longa data nas aulas de Educação Física ou numa disciplina escolar de mesma função na escola, a *gymnastica*. Neste sentido, as fontes indicaram que o exemplo particular da esgrima (uma prática das lutas) tem sido registrado nas aulas de *gymnastica* desde meados do século XIX. Conquanto, essas lutas eram práticas atravessadas por outros discursos, em especial, o

discurso médico-higienista da Ginástica e, por vezes, permeado por um discurso militar-civilizatório.

Por outro lado, é pertinente fazer uma crítica externa dos documentos (PROST, 2008). Isto é, as fontes acessadas apresentam contextos locais muito específicos e de alta excelência no cenário nacional, como é o caso do Imperial Collegio de Pedro Segundo e a Escola Normal de São Paulo, o que possivelmente não reflete nas mesmas condições das demais instituições de ensino do século XIX.

Portanto, este ensaio apresenta a hipótese de que as lutas, como práticas particulares, tiveram participação na Educação Física escolar (ou *gymnastica*) desde o século XIX. Entrementes, um discurso sobre as Lutas como conteúdo, isto é, uma categoria pedagógica que agrega um conjunto de práticas (saberes-fazer) das lutas, é um produto desencadeado de uma abordagem cultural de Educação Física provida do “movimento renovador”. De resto, cabe-nos indicar que estes dois modos de estar presente na escola incitam diferentes noções de didática das lutas (ou das Lutas); e é à didática que direcionamos nossa atenção ao aventar as ideias deste ensaio.

Por fim, cabe-nos justificar o motivo de nos atermos a uma temática da didática das lutas. Apesar de serem atravessadas por discursos distintos, parece-nos que as práticas das lutas no CPPII, em meados do século XIX e as práticas das lutas nas escolas de hoje, em fins da segunda década do século XXI, têm um aspecto em comum. Em ambos momentos históricos, a prática das lutas não está integralmente consolidada na Educação Física escolar, sendo necessário valorizá-la por seu caráter “clássico” de pertencimento da cultura e do patrimônio humano. Por fim, parece-nos que a análise das lutas como práticas e discursos pode ajudar a refletir sobre o processo de constituição desses saberes e saberes-fazer na Educação Física escolar. Assim, conhecer a história das formas de presença das lutas na educação básica torna-se fundamental para poder lograr um espaço definitivo deste conhecimento na Educação Física. A expectativa, portanto, é a de que estudos posteriores possam se valer dessas reflexões e constituir experiências de ensino que permita-nos afirmar que as lutas, como prática e discurso, possuem seu espaço nas aulas da disciplina curricular de Educação Física na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- BETTI, M. Educação Física e sociedade: a Educação Física na escola brasileira. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: educação física- 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC, SEF, 1998.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 13 maio 2020.
- BRACHT, V. Educação física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz. 2. ed., Ijuí, RS: Unijuí, 2003.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA. Regras para competições. Rio de Janeiro: CBESGRIMA, 2017. Disponível em: <http://cbesgrima.org.br/wp-content/uploads/2018/01/regulamento-tecnico-esgrima-fie-dezembro-de-2017.pdf>. Acesso em 13 maio 2020.
- COSTA, L. H.; SANTOS, M. S.; GÓIS JUNIOR, E. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impresso), v. 28, p. 273-282, 2014.
- CUNHA JUNIOR, C. F. Os exercícios gymnasticos no Collegio Imperial de Pedro Segundo (1841-1870). Rev. Bras. Ciênc. Esporte. v. 25 p. 69-81 2003.
- CUNHA JUNIOR, C. F. Organização e cotidiano escolar da “Gymnastica” uma história no Imperial Collegio de Pedro Segundo. Perspectiva. v. 22 p.163-196 2004.
- FERREIRA, H. S. As lutas na educação física escolar. Revista de Educação Física / Journal of Physical Education, v. 75, n. 135, 2006.
- GASPAROTTO, G. S.; SANTOS, S. L. C. D. Produção científica nacional sobre o ensino de lutas no ambiente escolar: estado da arte. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 11, n. 4, p. 112-124, out./dez. 2013.
- GÓIS JUNIOR, E; BATISTA, J. C. F. A Introdução da Gymnastica na Escola Normal de São Paulo (1890-1908). Movimento (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 69-85, 2010.
- KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.
- MACHADO, T. S.; BRACHT, V. O impacto do movimento renovador da educação física nas identidades docentes: uma leitura a partir da “teoria do reconhecimento” de Axel Honneth. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 22, n. 3, p. 849-860, 2016.

MEDINA, J. P. S. A educação física cuida do corpo e... “mente”: Novas contradições e desafios do século XXI. 26. ed. Campinas: Papirus, 2013.

OLIVEIRA, V. M. O que é educação física? 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PARANÁ (Estado). Educação física: ensino médio. 2. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006.

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Educação. Parâmetros Curriculares de Educação Física do Estado de Pernambuco. Pernambuco: SEE, 2014.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Educação. Lições do Rio Grande: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Rio Grande do Sul: Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico, 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011650.pdf>. Acesso em: 01 de set. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Proposta curricular do estado de São Paulo: educação física – ensino fundamental ciclo II e ensino médio. São Paulo: SEE, 2009.

SOARES, C. L. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. Revista Paulista de Educação Física, p. 6-12, 1996.

SOARES, C. L. Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

CRENCIAIS DOS AUTORES**1 Marcos Roberto So**

Instituição: IFSULDEMINAS, UNICAMP

Contato: marcos.so@ifsuldeminas.edu.br

2 Gilson Santos Rodrigues

Instituição: não informado

Contato: gio.sts.rodrigues@hotmail.com

3 Elaine Prodócimo

Instituição: não informado

Contato: elaine@fef.unicamp.br

Submetido em: 15/05/2020

Aprovado em: 27/08/2020